

**ENTRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A AÇÃO COLETIVA:
MOBILIZAÇÃO SINDICAL E PARTICIPAÇÃO DOS TAES DA UFF NA
GREVE DE 2026**

Claudete F. de Sousa – Universidade Federal Fluminense – claudete_sousa@id.uff.br
Louise C. Borba Nogueira - Universidade Federal Fluminense – louiseborba@id.uff.br
Yasmin de Souza C. Ramos – Universidade Federal Fluminense - yasminscr@id.uff.br

Introdução

O texto apresenta os dados iniciais de uma pesquisa que pretende analisar o processo de mobilização de trabalhadores pelo movimento sindical brasileiro no âmbito da categoria dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A inquietação que motivou tal problematização, ocorreu a partir da participação de duas das autoras deste texto, e servidoras técnico-administrativas desta universidade, nas assembleias do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff)¹, ocorridas durante a greve dos servidores TAEs iniciada no dia 23 de fevereiro de 2026. Aliado a isso, partimos das leituras e discussões do Grupo de Estudos Marxistas em Trabalho e Educação (GEMTE), onde fomos atravessadas pelo debate sobre os desafios que os sindicatos enfrentam, a partir da década de 1990. Buscamos refletir como as transformações no mundo do trabalho contemporâneo contribuem para a precarização e a fragmentação do trabalho, trazendo impactos na mobilização da categoria de TAEs da UFF.

Entendemos que pensar a mobilização da categoria e a adesão à greve, não deve considerar, apenas, o fato do servidor paralisar suas atividades e se ausentar do trabalho. Seria importante considerar, também, a sua participação nas assembleias e a frequência nas atividades propostas pelo Comando Local de Greve.

Assim, a partir do diálogo com autores que contribuem para a reflexão sobre a luta sindical no Brasil, especialmente no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFEs), esta pesquisa tem como objetivo compreender como os servidores TAEs percebem o processo de mobilização da categoria, particularmente no contexto das greves.

¹ O Sintuff foi fundado no II Congresso dos Trabalhadores da UFF, realizado no ano de 1993. Constituiu-se para os fins de defesa e representação legal dos trabalhadores técnico-administrativos em educação ativos, aposentados e pensionistas conforme Estatuto do Sintuff. Disponível em: <https://bitily.me/mFoXy>. Acesso 03/05/26

Metodologia

Ao partirmos da questão sobre como tem se dado a mobilização da categoria de TAES nos dias atuais, a proposta metodológica do estudo é realizar um levantamento empírico, por meio de questionário, com uma amostra de servidores que participaram das assembleias no período de fevereiro a julho de 2026.

Além disso, buscaremos analisar de que maneira ocorre a participação dos entrevistados nas atividades sindicais, bem como compreender se, na avaliação destes, houve diferenças na mobilização da categoria entre as greves anteriores e a atual. Por fim, examinaremos se, na perspectiva dos entrevistados, existem estratégias individuais e coletivas que podem ser desenvolvidas como formas de resistência e de organização dos trabalhadores.

A apresentação da pesquisa será realizada pelas autoras deste texto, durante suas participações nas assembleias, seguida de convite aos servidores para participarem da investigação.

Discussão dos Dados

Para entender a complexidade do processo de mobilização dos trabalhadores, assumimos que a fragmentação dos movimentos sindicais é um projeto do capital que foi se construindo há muito tempo, principalmente a partir da década de 1980, com a substituição do sistema fordista pela produção toyotista (Antunes, 2015). O primeiro estava alinhado aos ideais keynesianos, nos quais os empregos eram mais estáveis, e as lutas sindicais e sociais por direitos protetivos ao trabalho estavam em alta. Havia uma previsibilidade e estabilidade que, embora não significasse uma rápida progressão na carreira, eram importantes para a vida humana.

O toyotismo, por sua vez, instituiu uma reestruturação geral, para que poucos trabalhadores dessem conta da produção, marcando o nascimento de características centrais do modelo de trabalho atual. Esse modelo se sustenta a partir da flexibilização e intensificação do trabalho, contexto no qual o trabalhador cumpre múltiplas funções e tarefas, dispensando a necessidade de outros trabalhadores e aumentando o controle sobre o ritmo produtivo. Além disso, toda a responsabilidade pelo desempenho, pela qualificação contínua e pela adaptação permanente às exigências do capital fica sob a responsabilidade daquele que trabalha. Não se trata apenas de uma nova transformação nos meios de produção, ocorre uma mudança de sentido nas relações de produção,

tratando-se de uma estratégia do capital para intensificar a exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que fragmenta e cria diferenças na classe trabalhadora. Nesse cenário, a concorrência entre os trabalhadores ganhou espaço com a individualização das trajetórias e hierarquização das posições, ocasionando a desarticulação do coletivo, dificultando a formação de uma consciência de classe, além de enfraquecer as possibilidades de enfrentamento ao capital.

Ao aproximar essa discussão do objeto de nossa pesquisa, vimos que o movimento sindical brasileiro atingiu o ápice de seu protagonismo, justamente na década de 1980. Nesse período, no âmbito das IFEs ocorreu a deflagração da primeira greve nacional do segmento. Além disso, deu-se a conquista do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego (PUCRCE), dos servidores técnico-administrativos e docentes, seguido da promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito à sindicalização dos servidores federais. Já na década de 1990, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas (Lei 8.112 de 1990) foi instituído, com importantes alterações nas relações de trabalho em todo Serviço Público, significando um avanço dos trabalhadores nas reivindicações até então realizadas.

Mas, as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação do capitalismo também incidiram no Brasil. A partir da década de 1990, um novo contexto social se consolidou, com significativas mudanças nas relações de trabalho. As transformações decorrentes da globalização, das privatizações, da abertura comercial e da flexibilização da produção e das relações de trabalho, entre outros fatores, colocaram a ação sindical na posição defensiva (Rodrigues, 2015).

Dessa maneira, a luta dos trabalhadores técnico-administrativos iniciada, nesse período, encampou pautas importantes com períodos de greve. Porém, somente no ano de 2005 a categoria alcançou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), aprovado pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A luta dos TAEs continuou e, mesmo considerado uma conquista dos servidores, que ocorreu por meio de intensas reivindicações sindicais por valorização e estruturação da carreira, o PCCTAE segundo Carvalho e Gouveia (2025) foi formulado e implementado em meio a um processo mais amplo de reconfiguração do Estado. Nesse sentido, ainda segundo os referidos autores, o PCCTAE seria marcadamente influenciado por princípios gerencialistas e neoliberais refletindo a tensão entre a ampliação de direitos e a incorporação de mecanismos de gestão baseados em desempenho, eficiência e produtividade, que passariam a reorganizar o trabalho dos TAEs.

Considerando esse contexto, e ao darmos um salto para o ano de 2024, vimos que, diante da posição do governo de reajuste zero e da ausência de propostas para o aprimoramento do PCCTAE, a categoria de TAEs decidiu pela deflagração de uma nova greve a partir de 11 de março do referido ano. Segundo Meirelles, Melo e Figueiredo (2024, p.19) a greve de 2024 ratifica o compromisso do Governo “*em atender a pauta neoliberal exigida pela burguesia que, para cumprir as metas do Arcabouço Fiscal, sacrifica ainda mais a classe trabalhadora, os serviços públicos, os servidores públicos e a população que deles necessita*”.

Na ocasião, as demandas apresentadas pela categoria incluíram a necessidade de recomposição dos orçamentos das Universidades e Institutos Federais, a reestruturação do PCCTAE, a revogação de atos administrativos, criados durante o governo Temer e Bolsonaro, o rechaço à Reforma Administrativa, o reposicionamento dos aposentados e a resistência à política fiscal vigente, naquele momento, entre outros aspectos (Fasubra, 2024).

A greve durou mais de 100 dias e teve como resultado a assinatura do Termo de Acordo, nº 11/2024. O documento trazia a perspectiva de ganhos salariais, mudanças estruturais na carreira, a implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), mudanças na progressão por capacitação, o reposicionamento dos aposentados, a implementação da jornada de 30 horas para todos os TAEs sem redução da remuneração e, a criação de grupos de trabalho para discutir temas importantes como a racionalização dos cargos, entre outras pautas.

Assinado o Acordo, o término da greve ocorreu no mês de junho de 2024. No entanto, críticas foram feitas, por parte de alguns sindicatos, relacionadas à maneira precipitada que o movimento paredista foi encerrado. Citamos o SINTUFF, que em matéria publicada em seu Jornal registrou que a Assembleia deliberou pelo fim da greve, deixando explícita a “*crítica aos grupos majoritários da FASUBRA que desmontaram a greve, ressaltando que era possível arrancar uma proposta melhor do governo, devido à força da greve*” (Jornal do Sintuff, 2024, p.3).

Na esteira desses acontecimentos, os anos de 2024 e 2025 foram caracterizados pela preocupação e tensão dos trabalhadores, em decorrência da demora do governo em iniciar a implementação do Acordo e, como parte significativa do que foi pactuado não foi cumprido integralmente, nova greve nacional foi deflagrada a partir do dia 23 de fevereiro de 2026.

As pautas contidas no Acordo de 2024 que não foram atendidas reapareceram nas reivindicações da greve do ano de 2026, somando-se à instituição do RSC, que se tornou

um problema à parte. Isso porque, o texto aprovado pela Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026, que ainda carece de regulamentação por meio de Decreto, impõe restrições significativas à sua concessão, como o acesso limitado a cerca de 70% da categoria ativa, a exclusão de aposentados, servidores em estágio probatório e doutores, a vedação ao pagamento retroativo e a vinculação da concessão condicionada ao orçamento.

Conclusão

A implementação do PCCTAE foi o resultado das lutas diante dos desafios neoliberais, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. À época, o sindicato teve um papel fundamental e garantiu que a carreira incorporasse uma identidade profissional, políticas de capacitação, padrões de vencimento, incentivo por qualificação, avaliação e uma tabela com princípios de linearidade e igualdade entre os níveis da categoria (Carvalho; Gouveia, 2025). Todavia, o aprimoramento da carreira é uma necessidade constante, sobretudo, em virtude das significativas transformações no mundo do trabalho que impactam a sociedade de um modo geral.

Somando a isso, o recrudescimento do projeto político neoliberal tem se traduzido em ataques contínuos aos serviços públicos. Nesse contexto, marcado por um perverso e acentuado “embaralhamento”² das formas e vínculos de contratação de trabalho compreende-se que tal processo, além de fragmentar e precarizar o trabalho dos servidores públicos, se configura como mais um instrumento de controle e desmobilização dos trabalhadores, intensificando os processos de individualização influenciando profundamente o comportamento sindical.

Diante disso, ao retomar o ponto central da pesquisa e, parafraseando Antunes (2015), é necessário refletir sobre os impactos e as consequências das transformações que incidem tanto nos cenários do trabalho quanto nas subjetividades dos(as) trabalhadores (as). Importa, ainda, compreender como esses processos atravessam os diferentes órgãos de representação e mediação da categoria, suscitando uma nova indagação: diante de tantos desafios, seriam necessárias outras estratégias para alcançar a diversidade de servidores que hoje compõe o quadro das IFES, de modo a aproximá-los do movimento sindical?

Reconhecemos as limitações desta proposta de pesquisa, considerando o quantitativo de servidores técnico-administrativos da Universidade³. Tal limitação

² Termo trazido pela Profa. Catharina Meirelles, durante a reunião do Grupo de Pesquisa GEMTE no dia 29/04/26.

³ Em consulta ao Sistema de Transparência da UFF, que é atualizado mensalmente, constam 3.376 servidores ativos e 4090 aposentados. Disponível em: <https://bitily.me/uNPLW>. Acesso 03/05/26

também se evidencia no alcance da investigação que estará restrita aos servidores que participam das assembleias. Ainda assim, acreditamos que o estudo pode ser um ponto de partida para investigações mais abrangentes sobre o tema, uma vez que fornecerá dados iniciais relevantes para o aprofundamento das reflexões acerca das dinâmicas contemporâneas de participação e mobilização dos TAEs, contribuindo dessa maneira, para o debate sobre os desafios enfrentados pelo movimento sindical no contexto atual.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, L.; GOUVEIA, A. B. Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação: entre a mobilização sindical e a agenda neoliberal. Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 30, n. 69, p. 279-306, maio/ago. 2025

FASUBRA. Memorial da greve de 2024. Disponível em: <https://fasubra.org.br/geral/memorial-da-greve-de-2024/>. Acesso em: 03 maio 2026.

MEIRELLES, C. M.; MELO, S. D. G.; FIGUEIREDO, J. C. O trabalho nas Instituições de Educação Superior: uma análise a partir da greve unificada da educação federal de 2024. Revista Cocar, Belém, Edição Especial, n. 29, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>. Acesso em: 03 maio 2026.

RODRIGUES, I. J. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? Cad. CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300479&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2026.

SINTUFF. Jornal do Sintuff “Greve se encerra após mais de 110 dias”. Niterói, julho de 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1hfJYVTmeSvWBgQH YJhXnvszah7aWzHD_. Acesso 03 maio de 2026.